



Associação das Indústrias Sucroenergéticas de Minas Gerais
Sindicato da Indústria da Fabricação do Alcool no Estado de MG
Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de MG

Produtores de etanol de MG repudiam projeto do diesel e clamam pelas energias renováveis

A Associação das Indústrias Sucroenergéticas de Minas Gerais (SIAMIG) é uma das apoiadoras do manifesto de repúdio ao Projeto de Lei 1.013/2011, que libera a fabricação e a venda de carros de passeio a diesel no Brasil. O projeto poderá ser aprovado nesta semana numa comissão especial da Câmara, de onde irá diretamente para o Senado.

O manifesto, organizado pelo Observatório do Clima, foi enviado nesta manhã à comissão e traz assinaturas de entidades representativas das energias renováveis, médicos, cientistas especialistas em poluição do ar, organizações de pesquisa, entidades ambientalistas e de defesa do consumidor, empresários e de cinco ex-ministros do Meio Ambiente – Rubens Ricupero, José Carlos Carvalho, Marina Silva, Carlos Minc e Izabella Teixeira.

“O Brasil precisa se unir em torno da descarbonização da economia, com a redução da emissão dos gases do efeito estufa, e a aprovação desse projeto seria um retrocesso neste sentido”, afirma Mário Campos. O país precisa incentivar os combustíveis limpos e renováveis, como o etanol, que reduz em 90% as emissões de gases do efeito estufa e contribui para diminuir o aquecimento global. Uma legislação como essa vai contra, segundo ele, tudo que foi dito na COP 21, em defesa das energias renováveis e do meio ambiente, afirma.

Se aprovado, o projeto causará também danos à saúde pública, liberando no país veículos altamente poluentes, que vêm sendo condenados nos países desenvolvidos (as cidades de Paris e Londres, por exemplo, anunciaram que esses carros serão banidos de suas ruas em 2020); e prejudicará a economia, forçando o país a importar mais óleo diesel e encarecendo o transporte de cargas.

Para André Ferreira, diretor-presidente do IEMA (Instituto de Energia e Meio Ambiente), organização integrante do Observatório do Clima, o projeto está na contramão dos esforços para reduzir emissões de gases de efeito estufa. “Deveríamos estar discutindo como viabilizar um combustível renovável em substituição ao diesel, e, não o oposto. Os veículos leves a diesel concorrerão diretamente com os

automóveis flex e, portanto, com o etanol. Sem falar que se trata de uma barreira a mais para o avanço da eletricidade no setor de transportes.”

O médico Paulo Saldiva, diretor do Instituto de Estudos Avançados da USP e um dos maiores especialistas do Brasil em poluição atmosférica urbana, afirma que o projeto de lei traz risco potencial de dano à saúde de milhões de habitantes de metrópoles brasileiras. “Os veículos a diesel são as principais fontes de compostos como particulados finos e óxidos de nitrogênio e enxofre, que causam problemas sérios de saúde. Deveríamos discutir como ampliar o transporte coletivo e reduzir o uso de diesel, mas o projeto propõe o inverso: mais transporte individual e mais diesel. Ou seja, mais congestionamento, ar mais poluído e, potencialmente, mais mortes precoces.”

“O Brasil não tem políticas suficientemente robustas para mitigar os impactos ambientais dos carros a diesel”, afirma Cláudio Considera, presidente do Conselho Diretor da Proteste Associação de Consumidores. “Antes de considerar a suspensão das restrições de carros a diesel, a União deveria implementar outras medidas que visam proteger a saúde e qualidade do ar provocadas pelas fontes energéticas já existente, como gasolina, álcool e o próprio diesel em veículos leves comerciais e veículos pesados”, afirmou.

Para Jorge Abrahão, diretor-presidente do Instituto Ethos, há um risco adicional na proposta – o da credibilidade internacional do Brasil. “A aprovação na comissão da Câmara de Deputados do PL do diesel será um grave retrocesso em relação aos compromissos assumidos pelo Brasil na COP21. O Brasil tem a oportunidade de ser um dos líderes da agenda do clima com preservação e inclusão social, mas decisões como esta trarão insegurança e colocarão em risco os investimentos e empregos na direção da economia de baixo carbono”, diz.